



CLIPPING



24 de
AGOSTO
2021

RECOMENDAÇÃO

Nos municípios de Uruará, Placas e Brasil Novo, a iniciativa de exigir o comprovante de vacinação dos servidores partiu do Ministério Público do Pará (MPPA), que expediu recomendação aos três municípios para que sejam adotadas providências imediatas para garantir a vacinação dos agentes públicos. A recomendação do MPPA é para que a vacina seja compulsória. Servidores que não cumprirem a determinação ficarão sujeitos a responder a processo administrativo disciplinar. Os municípios ainda não se posicionaram sobre a medida do MPPA.

ATÉ AMANHÃ

Casamento comunitário tem inscrições abertas

DA REDAÇÃO

Casais de Belém que têm interesse em oficializar a união podem se inscrever no casamento comunitário realizado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec). O formulário de inscrição ficará disponível até a próxima quarta-feira (25).

A cerimônia ocorrerá no dia 12 de novembro, de 8h às 12h, como parte da programação de encerramento da Semana Nacional de Conciliação. Ao preencher o formulário, é necessário enviar pelo site a documentação exigida e anexar o documento de solicitação de habilitação para o

casamento, disponível para baixar no mesmo formulário. É necessário também enviar os documentos de duas testemunhas maiores de 18 anos.

Após a análise dos documentos, o Nupemec encaminhará aos interessados um e-mail com informações sobre a data, hora e local para assinatura da habilitação ao casamento e entrega presencial dos documentos originais solicitados.

Outras informações sobre o casamento comunitário podem ser obtidas pelo e-mail nupemecpa@tjpa.jus.br ou pelo telefone 3205-2741. *(Bruna Ribeiro, estagiária, sob supervisão de Jorge Ferreira, de O LIBERAL)*

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PORTAL DA AMAZÔNIA

**Funcionamento de
Atacadão é autorizado****VALÉRIA NASCIMENTO**
DA REDAÇÃO

A desembargador Roberto Gonçalves de Moura, do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), autorizou, na segunda-feira (23), a abertura da filial de um empreendimento atacadista na orla do Portal da Amazônia, no bairro do Arsenal, em Belém. O empreendimento foi embargado pela prefeitura de Belém, a pedido do Ministério Público do Pará e da Defensoria Pública do Estado, que apontam irregularidades no licenciamento ambiental.

Na decisão, o desembargador Roberto Gonçalves de Moura entende que a construção "cumpriu todas as obrigações impostas e acatadas via Termo de Ajustamento de Condu-


ta (TAC) firmado" e "que estariam ausentes pendências administrativas capazes de impedir o regular funcionamento do empreendimento comercial".

A Prefeitura de Belém divulgou nota oficial em que informa ainda não ter sido notificada sobre a decisão judicial, no entanto, observa também que cumprirá a decisão, após ser notificada regularmente. Na nota, a gestão municipal destaca que respeitará a decisão, que pode inclusive ser revista e modificada pela Justiça, sobretudo durante o julgamento do mérito. "Por fim, a Prefeitura reitera sua expectativa de que o Poder Judiciário apreciará o mérito com a necessária cautela e singularidade que a matéria requer", conclui.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Pará

EJPA

LANÇAMENTO

MILTON NOBRE

Tratando direito de Direitos


Editora Juruá

Lançamento do livro
"Tratando direito de Direitos"
de autoria do
Desembargador Milton Nobre.

Data: 26 de agosto de 2021 (quinta-feira)
Hora: 11h
Local: Salão Nobre do Edifício-Sede do TJPA
Av. Almirante Barroso, 3089. Bairro: Souza

Mais Informações:
(91) 3205-3202
(91) 3205-3712

Apoio



O evento ocorrerá de acordo com as normas de segurança indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO****ATACADÃO**

Através de liminar deferida pelo desembargador Roberto Moura, do TJPA, foi liberado ontem o funcionamento da loja Atacadão, na rua do Arsenal, em frente ao Portal da Amazônia, que estava embargada a pedido do Ministério Público e da Defensoria Pública. As restrições levaram em conta possíveis ilegalidades no processo de licenciamento e os riscos da instalação de empreendimento comercial no entorno do Centro Histórico de Belém. Na decisão, Roberto Moura menciona os custos financeiros que o atraso no processo administrativo acarretaria aos proprietários.

PREFEITURA

O desembargador observa que os termos da medida liminar podem ser revistos em razão de eventual mudança determinada pela conclusão do processo administrativo. A Prefeitura de Belém informou que seguirá exercendo sua competência de licenciamento urbanístico e ambiental, de acordo com a legislação vigente e a favor do interesse público, visto que “este empreendimento não dispõe de todas as licenças obrigatórias”. Reafirma que a decisão judicial será cumprida, após notificação, conforme estabelecido na liminar.

LINHA DIRETA

Estão abertas as inscrições para o próximo casamento comunitário, que ocorrerá no dia 12 de novembro, de 8h às 12h, como parte da programação de encerramento da Semana Nacional de Conciliação. Os casais podem se inscrever até a próxima quarta-feira, 25, por meio de um formulário disponível no site do TJPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ministério Público ofertará 12 oportunidades para analista

PROCESSO SELETIVO

Em reunião realizada na última quarta-feira (18), a Comissão Organizadora do I Processo Seletivo Simpli-

ficado do Ministério Público do Estado do Pará, designada mediante Portaria nº 2.339/2021-MP/PGJ, de 09/08/2021, publicada no D.O.E 11/08/2021, iniciou as

tratativas para a realização do 1º Processo Seletivo Simplificado (PSS), visando a contratação temporária de pessoal para ocupar os 12 cargos vagos de Analista Ju-

rídico, na Capital, pelo prazo de um ano ou até que se iniciem as nomeações decorrentes do concurso público para provimento do cargo em questão.

NORMAS

O Processo Seletivo Simplificado segue as exigências da Lei Complementar 173/2020, de 27/05/2020, que não permite o aumento

de despesas. Ou seja, as vagas serão preenchidas em cargo já existente na Instituição. Em breve, o MPPA vai divulgar novas informações sobre o andamento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ARMADO E SEM PORTE 'CAÇADOR' VAI EM CANA

Homem foi abordado por policiais militares quando estava armado com uma espingarda municiada. Ele disse que iria caçar com um amigo, mas não tinha autorização para conduzir o armamento.



EM MOSQUEIRO

JR Avelar

Portar uma arma de fogo sem registro das autoridades é considerado crime segundo o Estatuto do Desarmamento com pena de prisão sendo assegurado pela autoridade policial o direito de conceder fiança ou dependendo da situação deixar nas mãos da justiça por ocasião da audiência de custódia do preso.

Esta informação que todo cidadão deveria ter não chegou ao conhecimento de Eduardo Silva Coelho, morador da comunidade da Baía do Sol, na ilha do Mosqueiro, que acabou preso em flagrante na posse de uma arma de fogo ilegal.

Ele foi apresentado pelo oficial de dia da viatura 2500 depois que o militar em rondas pela comunidade da Baía do Sol ao passar pela rodovia BL-13 que dá acesso ao balneário na ilha do Mosqueiro se deparou com dois homens caminhando com uma espingarda.

Os dois homens foram abordados e com Eduardo Silva Coelho estava a espingarda calibre 28 municiada. Interrogado, ele informou a guarnição que estava junto com o amigo se dirigindo a uma área de mata onde pretendia caçar animais silvestres.

O oficial questionou a documentação para ele transportar a arma sendo que o homem informou não possuir e por esta razão ele foi conduzido e apresentado junto com o amigo na Seccional Urbana do Mosqueiro para procedimentos de flagrante.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MARABÁ (I)

MP PROMOVE TREINAMENTO PARA “MENINOS DO TREM”

O Ministério Público do Pará (MPPA), através da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Marabá, promoveu o curso “Meninos do Trem”, abordando o atendimento à crianças e adolescentes em viagens ferroviárias clandestinas. O evento foi realizado no auditório da Promotoria de Justiça de Marabá, observando todas as regras e protocolos de segurança de combate ao covid-19. A ação aconteceu na semana passada em Marabá.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELEM

Casamento comunitário recebe inscrição até a próxima quarta-feira

A cerimônia ocorrerá no dia 12 de novembro de 2021

O Liberal

23.08.21 18h07



Inscrições abertas para casamento comunitário (Marcelo Seabra / Agência Pará)

Casais de Belém que têm interesse em oficializar a união podem se inscrever, a partir desta segunda-feira (23), no casamento comunitário realizado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec). O formulário de inscrição ficará disponível até a próxima quarta-feira (25).

A cerimônia ocorrerá no dia 12 de novembro, das 8h às 12h, como parte da programação de encerramento da Semana Nacional de Conciliação. Ao preencher o formulário, é necessário enviar pelo site a documentação exigida e

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

anexar o documento de solicitação de habilitação para o casamento, disponível para baixar no mesmo formulário. É necessário também enviar os documentos de duas testemunhas maiores de 18 anos.

Após a análise dos documentos, o Nupemec encaminhará aos interessados um e-mail com informações sobre a data, hora e local para assinatura da habilitação ao casamento e entrega presencial dos documentos originais solicitados.

Outras informações sobre o casamento comunitário podem ser obtidas pelo e-mail nupemecpa@tjpa.jus.br ou pelo telefone 3205-2741.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Idoso é preso acusado de estuprar as três netas no interior do Pará; relatos são chocantes

Acusado estava em Manaus no momento da prisão

O Liberal

23.08.21 21h16



Um idoso de 62 anos foi preso nesta segunda-feira (23), acusado de abusar sexualmente das três netas de cinco, seis e sete anos, respectivamente, em Óbidos, no oeste do Pará. O mandado de prisão preventiva foi expedido pela Vara Única de Óbidos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). O homem foi preso em Manaus (Am), no bairro da Paz. As informações são do Portal do Holanda.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo o delegado encarregado pelo caso, Ivo Martins, as autoridades policiais tiveram conhecimento do crime há cinco meses, porém souberam nos últimos dois meses que o indivíduo estava morando na capital amazonense.

Uma das vítimas teria relatado aos policiais que o primeiro abuso sofrido foi em uma brincadeira de 'pira se esconde' com a prima, na própria casa. No momento em que a menina entrou em uma guarda-roupas para se esconder, o homem teria entrado também e praticado o abuso.

Ainda segundo relato de vítima, na segunda tentativa de crime do avô, a menina correu e tentou trancar a porta do quarto por ficar com medo do agressor.

O acusado de estupro de vulnerável está à disposição da Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPF se diz contrário à soltura de dois investigados por desvios de R\$ 300 milhões da saúde no Pará

Nicolas Tsontakis Morais e Regis Soares Pauletti alegam necessidade de tratamentos de saúde que, para o MPF, devem ser providenciados pelo sistema carcerário. Ambos são suspeitos de participar de quadrilha.

Por G1 PA — Belém

23/08/2021 19h46 Atualizado há 14 horas



Quadrilha é suspeita de desviar mais de R\$ 300 milhões de verbas públicas de combate à pandemia

O Ministério Público Federal (MPF) se manifestou, nesta segunda (23), à Justiça Federal em Belém, contrário à soltura de dois investigados presos pela Operação Reditus, da Polícia Federal (PF), que **prendeu 45 pessoas na última quarta** (18). Ambos são suspeitos de participar de quadrilha que desviou R\$ 300 milhões de verbas públicas destinadas ao combate à pandemia de Covid-19.

Reportagem do Fantástico mostra que um dos investigados é Nicolas Tsontakis Morais, apontado como operador financeiro do esquema e pecuarista que chegou a transportar R\$6 milhões em dinheiro vivo em avião particular, além de acumular fazendas de gado, mansões e carros de luxo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo o MPF, Nicolas Morais e Regis Soares Pauletti, que estão entre os presos na operação, são investigados desde 2020 e estavam em prisão domiciliar, quando continuavam fazendo lavagem do dinheiro desviado.

"Eles chegaram a comprar imóveis e efetuar pagamentos para as empresas subcontratadas que faziam parte do esquema enquanto estavam em prisão domiciliar", afirma o órgão.

À Justiça, os dois haviam alegado, nos pedidos de revogação das prisões preventivas, que necessitavam de tratamentos de saúde. Mas para o MPF, o sistema carcerário deve providenciar toda a assistência médica e humanitária que necessitem, sendo mantidas as prisões preventivas pela presença dos requisitos legais.

As manifestações do MPF também apontam o risco de fuga dos investigados, porque são suspeitos de participar de grupo criminoso com muitas ramificações que poderia agir para evitar a persecução penal e a descoberta de outros integrantes da quadrilha.

Operação Reditus



PF cumpre mandados em 8 estados em operação contra desvio de recursos da saúde do Pará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A Justiça Federal autorizou a segunda fase da 'Operação SOS', que investiga supostos desvios em contratos de organizações sociais para a gestão de hospitais públicos no Pará.

A ação, denominada de "Reditus", envolveu cerca de 400 policiais federais, além de servidores da Receita Federal e da Controladoria-Geral da União (CGU). Foram expedidos 95 mandados de busca e apreensão, 54 mandados de prisão temporária e seis mandados de prisão preventiva no Pará e em mais sete estados: São Paulo, Goiás, Ceará, Amazonas, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso.

Os contratos investigados ultrapassam R\$ 1,2 bilhão e envolvem quatro organizações sociais, cinco hospitais regionais e quatro hospitais de campanha montados para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Os desvios são estimados em R\$ 455,6 milhões, segundo o MPF.

A procuradoria afirma que os recursos desviados têm origem de repasses do governo do Pará, por meio de contratos de gestão, nos anos de 2019/2020, às seguintes Organizações Sociais:

- Instituto Panamericano de Gestão (IPG);
- Associação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pacaembu,
- Instituto Nacional de Assistência Integral (Inai)
- Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui.

As investigações apontam que a finalidade dos contratos era promover administração de nove hospitais:

- Hospital Público Geral de Castelo dos Sonhos (Itaituba),
- Hospital de Campanha de Santarém,
- Hospital de Campanha de Breves,
- Hospital Regional Abelardo Santos (HRAS),
- Hospital de Campanha de Belém,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

- Hospital de Campanha de Marabá,
- Hospital Público Regional de Castanhal,
- Hospital Público Geral de Castelo dos Sonhos
- e Hospital Regional dos Caetés (Capanema).

Subcontratação



Hospital de Campanha de Belém do Pará no Hangar Centro de Convenções — Foto: Bruno Cecim/Agência Pará

De acordo com as investigações, o governo estadual efetuava repasses de verba às Organizações Sociais contratadas e estas subcontratavam outras empresas para prestarem serviços nas unidades de saúde geridas pelo grupo suspeito, prática conhecida como “quarteirização”.

Os serviços subcontratados eram superfaturados ou nem sequer eram prestados, permitindo que a verba que deveria ser destinada à aquisição de bens ou serviços retornasse para os integrantes da organização criminosa por meio de um complexo esquema de lavagem de dinheiro, aponta a Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Sobre as suspeitas, o Governo do Pará disse em nota que não é alvo desta fase da operação, porque "os contratos com as organizações sociais já foram rompidos". O governo afirmou ainda na nota que "apoia as investigações e espera que a verdade seja esclarecida".

Além das prisões e buscas, a Justiça Federal também determinou a suspensão das atividades de duas empresas utilizadas para lavagem de capitais, o sequestro de bens móveis e imóveis pertencentes ao principal operador financeiro do esquema, Nicolas Tsontakis Morais, avaliados em mais de R\$ 150 milhões, bem como o bloqueio de valores presentes nas contas bancárias das pessoas físicas e jurídicas investigadas que, somados podem alcançar mais de R\$ 800 milhões.

Primeira fase

Quando foi deflagrada em setembro, a 'Operação SOS' teve o **governador do Pará Helder Barbalho (MDB) e secretários do governo como alvo** de mandados de busca e apreensão. Na época foram cumpridos 41 mandados de busca e apreensão expedidos no estado.

- **Prisões da Operação S.O.S da Polícia Federal são prorrogadas no Pará**
- **Entenda como funcionava o esquema criminoso contatado na primeira fase da 'Operação SOS'**
- **PF faz buscas contra Helder Barbalho e prende secretários do governador em operação contra supostos desvios de recursos da Saúde**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça do Pará decide autorizar abertura de empreendimento atacadista na orla de Belém

Empreendimento foi embargado pela prefeitura por irregularidades no licenciamento ambiental.

Por G1 PA — Belém

23/08/2021 21h02 Atualizado há 13 horas

O desembargador Roberto Gonçalves de Moura, do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), decidiu nesta segunda (23) autorizar a abertura da filial de um empreendimento atacadista na orla de Belém, no bairro da Cidade Velha.

A questão virou polêmica, depois de o empreendimento ser embargado pela Prefeitura de Belém, a pedido do Ministério Público do Pará e Defensoria Pública do Estado, alegando irregularidades no licenciamento ambiental.

Na decisão, o desembargador entendeu que a construção "cumpriu todas as obrigações impostas e acatadas via Termo de Ajustamento de Conduta firmado" e "que estariam ausentes pendências administrativas capazes de impedir o regular funcionamento do empreendimento comercial".

Ele aponta, ainda, que "a demolição do empreendimento proporcionaria mais danos do que benefícios, no que tange aos aspectos socioeconômicos, tendo em vista as expectativas de geração de emprego e renda para a região".

"(...) entendo que há plausibilidade do direito alegado, conforme fundamentação ao norte esposada, sendo o perigo na demora consubstanciado no fato de que a espera pela conclusão do processo administrativo, sem motivação adequada pelo poder público municipal, gerará, no caso sob exame, custos financeiros à recorrente, além dos sociais que poderão decorrer da demissão que se avizinha dos empregados já contratados", afirma o desembargador.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O prazo para cumprimento da decisão é de 30 dias, com multa diária estabelecida em R\$1 mil, em caso de descumprimento.

Em nota, a Prefeitura afirma que "continuará exercendo sua competência de licenciamento urbanístico e ambiental do Atacadão, de acordo com a legislação vigente e a favor do interesse público, já que este empreendimento não dispõe de todas as licenças obrigatórias".

A gestão municipal afirma ainda que a "decisão judicial será cumprida pela prefeitura, após sua regular notificação, conforme estabelecido na liminar, respeitando a característica da decisão, a qual pode ser revista e modificada a qualquer momento pela justiça, inclusive a quando da análise do mérito".

"Por fim, a Prefeitura reitera sua expectativa de que o Poder Judiciário apreciará o mérito com a necessária cautela e singularidade que a matéria requer", conclui a nota.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Avô que abusava sexualmente de netas no município de Óbidos, no PA, é preso em Manaus, no AM

Idoso fugiu após ser denunciado. Crianças de cinco, sete e onze anos eram vítimas de estupros enquanto os pais saíam para trabalhar.

Por Tracy Costa, G1 Santarém — PA

23/08/2021 17h14 Atualizado há 17 horas



Delegacia de Óbidos, no PA — Foto: Geovane Brito/G1

Um idoso de 62 anos foi preso nesta segunda-feira (23) em Manaus, no Amazonas, em cumprimento a um mandado de prisão por estupro de vulnerável. Os crimes, praticados contra três netas dele, ocorriam no município de Óbidos, no oeste do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo a Polícia, o idoso abusava sexualmente das crianças de cinco, sete e onze anos, no momento em que as meninas ficavam na casa dele enquanto os pais saíam para trabalhar. De acordo com as investigações, os crimes eram praticados havia um certo tempo, e ele se aproveitava da proximidade por ser avô das vítimas.

Após ter sido denunciado, no mês de junho, o suspeito fugiu para capital amazonense, onde se escondia na casa de familiares.

A prisão foi efetuada em ação conjunta comandada pelo delegado superintendente Jamil Farias Casseb, com participação do Núcleo de Inteligência Policial/Núcleo de Apoio a Investigação do Baixo e Médio Amazonas (NIP-NAI-BMA), Policiais da delegacia de Óbidos e Polícia Civil do Amazonas.

O idoso está à disposição da justiça e aguarda por ordem de recambiamento para ser transferido do Amazonas ao estado do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPF se diz contrário à soltura de dois investigados por desvios de R\$ 300 milhões da saúde no Pará

Nicolas Tsontakis Moraes e Regis Soares Pauletti alegam necessidade de tratamentos de saúde que, para o MPF, devem ser providenciados pelo sistema carcerário. Ambos são suspeitos de participar de quadrilha.

Por G1 PA — Belém

23/08/2021 19h46 Atualizado há 15 horas



Quadrilha é suspeita de desviar mais de R\$ 300 milhões de verbas públicas de combate à pandemia

O Ministério Público Federal (MPF) se manifestou, nesta segunda (23), à Justiça Federal em Belém, contrário à soltura de dois investigados presos pela Operação Reditus, da Polícia Federal (PF), que **prendeu 45 pessoas na última quarta** (18). Ambos são suspeitos de participar de quadrilha que desviou R\$ 300 milhões de verbas públicas destinadas ao combate à pandemia de Covid-19.

Reportagem do Fantástico mostra que um dos investigados é Nicolas Tsontakis Moraes, apontado como operador financeiro do esquema e pecuarista que chegou a transportar R\$6 milhões em dinheiro vivo em avião particular, além de acumular fazendas de gado, mansões e carros de luxo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo o MPF, Nicolas Morais e Regis Soares Pauletti, que estão entre os presos na operação, são investigados desde 2020 e estavam em prisão domiciliar, quando continuavam fazendo lavagem do dinheiro desviado.

"Eles chegaram a comprar imóveis e efetuar pagamentos para as empresas subcontratadas que faziam parte do esquema enquanto estavam em prisão domiciliar", afirma o órgão.

À Justiça, os dois haviam alegado, nos pedidos de revogação das prisões preventivas, que necessitavam de tratamentos de saúde. Mas para o MPF, o sistema carcerário deve providenciar toda a assistência médica e humanitária que necessitem, sendo mantidas as prisões preventivas pela presença dos requisitos legais.

As manifestações do MPF também apontam o risco de fuga dos investigados, porque são suspeitos de participar de grupo criminoso com muitas ramificações que poderia agir para evitar a persecução penal e a descoberta de outros integrantes da quadrilha.

Operação Reditus



PF cumpre mandados em 8 estados em operação contra desvio de recursos da saúde do Pará

A Justiça Federal autorizou a segunda fase da 'Operação SOS', que investiga supostos desvios em contratos de organizações sociais para a gestão de hospitais públicos no Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A ação, denominada de "Reditus", envolveu cerca de 400 policiais federais, além de servidores da Receita Federal e da Controladoria-Geral da União (CGU). Foram expedidos 95 mandados de busca e apreensão, 54 mandados de prisão temporária e seis mandados de prisão preventiva no Pará e em mais sete estados: São Paulo, Goiás, Ceará, Amazonas, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso.

Os contratos investigados ultrapassam R\$ 1,2 bilhão e envolvem quatro organizações sociais, cinco hospitais regionais e quatro hospitais de campanha montados para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Os desvios são estimados em R\$ 455,6 milhões, segundo o MPF.

A procuradoria afirma que os recursos desviados têm origem de repasses do governo do Pará, por meio de contratos de gestão, nos anos de 2019/2020, às seguintes Organizações Sociais:

- Instituto Panamericano de Gestão (IPG);
- Associação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pacaembu,
- Instituto Nacional de Assistência Integral (Inai)
- Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui.

As investigações apontam que a finalidade dos contratos era promover administração de nove hospitais:

- Hospital Público Geral de Castelo dos Sonhos (Itaituba),
- Hospital de Campanha de Santarém,
- Hospital de Campanha de Breves,
- Hospital Regional Abelardo Santos (HRAS),
- Hospital de Campanha de Belém,
- Hospital de Campanha de Marabá,
- Hospital Público Regional de Castanhal,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

- Hospital Público Geral de Castelo dos Sonhos
- e Hospital Regional dos Caetés (Capanema).

Subcontratação



Hospital de Campanha de Belém do Pará no Hangar Centro de Convenções — Foto: Bruno Cecim/Agência Pará

De acordo com as investigações, o governo estadual efetuava repasses de verba às Organizações Sociais contratadas e estas subcontratavam outras empresas para prestarem serviços nas unidades de saúde geridas pelo grupo suspeito, prática conhecida como “quarteirização”.

Os serviços subcontratados eram superfaturados ou nem sequer eram prestados, permitindo que a verba que deveria ser destinada à aquisição de bens ou serviços retornasse para os integrantes da organização criminosa por meio de um complexo esquema de lavagem de dinheiro, aponta a Justiça.

Sobre as suspeitas, o Governo do Pará disse em nota que não é alvo desta fase da operação, porque "os contratos com as organizações sociais já foram rompidos". O governo afirmou ainda na nota que "apoia as investigações e espera que a verdade seja esclarecida".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Além das prisões e buscas, a Justiça Federal também determinou a suspensão das atividades de duas empresas utilizadas para lavagem de capitais, o sequestro de bens móveis e imóveis pertencentes ao principal operador financeiro do esquema, Nicolas Tsontakis Morais, avaliados em mais de R\$ 150 milhões, bem como o bloqueio de valores presentes nas contas bancárias das pessoas físicas e jurídicas investigadas que, somados podem alcançar mais de R\$ 800 milhões.

Primeira fase

Quando foi deflagrada em setembro, a 'Operação SOS' teve o **governador do Pará Helder Barbalho (MDB) e secretários do governo como alvo** de mandados de busca e apreensão. Na época foram cumpridos 41 mandados de busca e apreensão expedidos no estado.

- **Prisões da Operação S.O.S da Polícia Federal são prorrogadas no Pará**
- **Entenda como funcionava o esquema criminoso contatado na primeira fase da 'Operação SOS'**
- **PF faz buscas contra Helder Barbalho e prende secretários do governador em operação contra supostos desvios de recursos da Saúde**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CONFESSOU

Acusada de matar ex-namorado com tiro na cabeça é presa

A ex-namorada da vítima não aceitava o término do relacionamento, há cerca de 20 dias, e isso teria sido o motivador do crime

24 AGO 2021 - 07H58 ATUALIZADO 24 AGO 2021 - 07H58



Crédito:

Divulgação/Arquivo Pessoal

Um jovem de 20 anos foi assassinado com um tiro na cabeça ao sair de um motel no município de Altos, no norte do Piauí, na madrugada desta segunda-feira, 23.

De acordo com a polícia, a principal suspeita do crime é a ex-namorada da vítima, que acabou presa horas depois. Johonigelison Feitosa de Oliveira estava no local com a atual namorada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A ex-namorada da vítima não aceitava o término do relacionamento, há cerca de 20 dias, e isso teria sido o motivador do crime. Desde então, ela passou a ameaçar o ex-namorado.

Segundo a Polícia Civil, a suspeita ligou para o jovem e perguntou onde ele estava. Ele teria dito que estava no motel e a mulher foi até o local e aguardou a vítima na porta.

Ele estava com a atual namorada na garupa da moto quando saía do local, e acabou perseguido por cerca de 100 metros pela ex, que lhe deu um tiro na cabeça. Ela foi reconhecida pela atual namorada do rapaz, que conseguiu fugir do local.

A suspeita do crime foi encontrada em casa, na manhã desta segunda. No momento da prisão, ela entrou em contradições em alguns momentos, de acordo com a polícia, mas acabou confessando o crime.

A suspeita será indiciada pelo crime de homicídio e deve ser encaminhada nesta terça-feira, 24, para a audiência de custódia. O delegado também vai solicitar a prisão do atual namorado dela, que teria participado do crime.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br